



Ensino de jornalismo no Brasil: reflexões sobre a formação do jornalista

*María Elisabete Antonioli**

Resumo

Uma nova fase se inicia em 2014 para o ensino de jornalismo no Brasil. O curso que era oferecido como comunicação social –habilitação jornalismo–, se transformou em curso de jornalismo apenas. Essa modificação ocorreu em função de uma proposta de reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais, elaborada por uma comissão de especialistas, designada pelo Ministério da Educação para este fim. Mediante esta nova ocorrência, que altera os currículos dos cursos no Brasil, este trabalho pretende, além de descrever o processo ocorrido sob uma perspectiva histórica, discutir o profissional que se espera formar com essas novas orientações e os motivos que levaram a comissão a propor essa modificação que se constitui no bacharelado em jornalismo.

Palavras chave: Ensino de jornalismo, diretrizes curriculares de jornalismo, formação do jornalista, curso de jornalismo.

Enseñanza del periodismo en Brasil: reflexiones sobre la formación del periodista

Resumen

Una nueva etapa se inicia en 2014 para la enseñanza del periodismo en Brasil. El curso que se ofrecía como comunicación social –mención

Recibido: Noviembre 2013 • Aceptado: Marzo 2014

* Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo com pós-doutorado na mesma instituição. mantonioli@espm.br

periodismo— pasa a ser simplemente curso de periodismo. Este cambio ocurrió por una propuesta de revisión de las Directrices Curriculares Nacionales, elaborada por una comisión designada por el Ministerio de Educación para este fin. Este hecho modificó los planes de estudio de los cursos en Brasil. El presente trabajo tiene como objetivo, además de describir este proceso de transformación desde una perspectiva histórica, discutir el profesional que se espera formar con estas nuevas directrices y las razones que le llevaron a la comisión a proponer tales modificaciones que constituye la licenciatura en periodismo.

Palabras clave: Educación de periodismo, líneas curriculares del periodismo, la formación del periodista, curso de periodismo.

Teaching Journalism in Brazil: Reflections on Training a Journalist

Abstract

In 2014, a new stage will begin for teaching journalism in Brazil. The course that was offered as social communications media with a specialization in journalism, will become simply a course in journalism. This change occurred due to a proposal for revision of the National Curricular Directives, drawn up by a commission designated by the Ministry of Education for this purpose. This fact modified the study plans for courses in Brazil. The objective of this work, in addition to describing this transformation process from a historical perspective, is to discuss the professional that the curriculum aspires to train with these new directives and the reasons that brought the commission to propose such modifications, which constitute the undergraduate degree in journalism.

Keywords: Journalism education, curricular lines for journalism, training of the journalist, course in journalism.

O ano de 2014 será considerado paradigmático para o ensino de jornalismo no Brasil pois, a partir de agora, o curso de comunicação social com habilitação em jornalismo ganha uma nova condição. Em seu lugar, o curso de jornalismo volta a ser oferecido de forma independente pelas escolas brasileiras, como ocorria até o ano de 1969, e não mais junto com as habilitações publicidade, editoração e relações públicas, inseridas no curso de comunicação social. Essa decisão do Ministério da

Educação foi tomada após um moroso processo ocorrido em suas instâncias internas e é uma reivindicação de grande parte de professores, alunos, especialistas e profissionais que acredita que um curso focado na profissão é o ideal para a formação do aluno. Entretanto, deve-se observar que essa reivindicação foi pautada, também, em períodos anteriores e faz parte da agenda de discussão há muitos anos no país.

O ensino de jornalismo no Brasil, assim como em outros países da América Latina, é recente. No caso brasileiro, o curso comemorou, no ano de 2012, sessenta e cinco anos, a partir da criação da Faculdade Cásper Líbero, em 1947, no Estado de São Paulo. Mas, diferentemente de diversos países, o curso de jornalismo, assim como os demais cursos superiores no Brasil, estão subordinados ao Estado, que manteve forte centralização em relação aos currículos oferecidos pelas escolas. Apenas no ano de 2001 é que essa situação foi alterada com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais, que não determinam um currículo, mas apenas fornecem orientações aos cursos para sua construção.

No ano de 1969, o curso de jornalismo no Brasil, mediante as orientações oriundas do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, Ciespal, órgão criado por meio de um convênio com o governo do Equador, com a Unesco e com a Universidade Central do Equador, deixou de ser oferecido independentemente e passou a se constituir em uma habilitação de um novo curso criado, o de comunicação social.

O Ciespal (1965), ao promover a orientação para a criação do bacharelado em comunicação social, proporcionou palestras, encontros e seminários com professores de países latino-americanos com o objetivo de difundir as propostas elaboradas pelo órgão. Quatro seminários ocorridos no ano de 1965 contaram com exposições de professores brasileiros, como Carlos de Andrade Rizzini, Modesto Farina, Celso Kelly e Luís Beltrão. As discussões desses seminários contribuíram para o desenvolvimento dos estudos de comunicação nos países latino-americanos. Foi exatamente um dos professores participantes, Celso Kelly, membro do Conselho Federal de Educação no Brasil, que elaborou a proposta de criação do bacharelado em comunicação social. Assim, o curso de jornalismo brasileiro se transformou, no ano de 1969, em uma habilitação do curso de comunicação social. Além da habilitação em jornalismo, outras foram criadas: relações públicas, publicidade e propa-

ganda, editoração e polivalente. Deve ser observado que a habilitação polivalente não logrou êxito e acabou negligenciada pelas faculdades.

A proposta brasileira atual para as escolas de jornalismo

A proposta que culminou na transformação do curso de “comunicação social com *habilitação em jornalismo*” em Curso de “*Jornalismo*”, foi elaborada a partir da nomeação de uma Comissão de Especialistas, em 12 de fevereiro de 2009, presidida pelo professor José Marques de Melo¹, que recebeu do então ministro da Educação, Fernando Haddad, “a missão de repensar o ensino de jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação”².

É relevante afirmar que a comissão empregou diversos instrumentos para ouvir as expectativas da sociedade. Foram realizadas três audiências públicas, abertas à participação de diversos segmentos da sociedade nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Aqueles que não puderam participar tiveram a oportunidade de encaminhar sugestões por meio do portal do Ministério da Educação (MEC), pela internet. Ainda, como consta no relatório da comissão, foram ouvidas propostas específicas de empresários, profissionais renomados, líderes estudantis, docentes e pesquisadores e foi dada acolhida a todos os subsídios possíveis.

Como justificativa de alteração do curso, a comissão alegou que as Diretrizes para a área de comunicação social carregavam o equívoco de confundir a área acadêmica da comunicação com os cursos de graduação, que são voltados às profissões e delas fazem parte. A comissão alegou, ainda, a inadequação de se considerar o jornalismo como uma habilitação da comunicação social, que é uma área e não pode ser confundida com uma profissão.

- 1 A comissão, sob a presidência do professor José Marques de Melo, contou com a participação de: Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira.
- 2 Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Brasil, Portaria n. 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009).

Sobre o curso de comunicação social existente no Brasil desde o ano de 1969, em substituição ao de jornalismo, o documento aponta uma série de consequências prejudiciais. Entre elas, o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou, mesmo, a sua dissolução em conteúdos gerais da comunicação.

Nesse sentido, é importante destacar outras questões não mencionadas pela comissão, mas que foram prejudiciais ao desenvolvimento do curso, pois ele possibilitava o agrupamento de alunos de diferentes habilitações nas séries iniciais, forçando o professor a tratar, em sua disciplina, de conteúdos de cunho generalista e a abdicar das especificidades da profissão, tendo em vista que, em uma mesma classe, era possível permanecer juntos alunos de jornalismo, publicidade, relações públicas e editoração.

Deve-se mencionar, ainda, que o curso de comunicação social recebeu diversas críticas, *principalmente nos últimos anos*, pois o currículo acabou por gerar um hiato entre as disciplinas teóricas e as disciplinas práticas da profissão. Oferecidas em momentos diferentes, é difícil o diálogo entre as disciplinas com diferentes perfis e, como consta no documento da comissão, “o conteúdo profissional do curso passou a ser caracterizado como ‘meramente técnico’ e destituído do interesse teórico”. Embora as antigas Diretrizes de Comunicação Social –habilitação Jornalismo– (Brasil, 2001), de 2001, já alertassem sobre essa divisão entre conteúdos práticos e teóricos, é o que acabou por acontecer em muitas escolas que privilegiaram dois anos de disciplinas teóricas e dois anos de disciplinas básicas.

É importante destacar que algumas entidades brasileiras se manifestaram contrárias à instituição das Diretrizes para Jornalismo, como a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), que afirmou que o texto da comissão “deixa entrever uma perspectiva ‘separatista’ que em nenhum sentido contribui com a formação do jornalista ou com a consolidação da área no Brasil” (Brasil, parecer CNE/CES n. 39/2013). Já a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) questionou a forma de condução do processo e a “extinção da área de Comunicação Social como área de conhecimento” (Brasil, parecer CNE/CES n. 39/2013). Contudo, também é importante mencionar que, em nenhum momento, a Comissão negou a inserção do jornalismo no campo da comunicação. Ao contrário, o descrito no texto reafirma essa postura quando diz que esse profissional deve estar seguro para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e dife-

renciada dentro do campo maior da Comunicação. O campo da comunicação é uma vasta área em que o jornalista atua e, para tanto, ele precisa necessariamente ter esta visão plural, o que não confronta com a especificidade de sua profissão. Esse perfil genérico e particularizado se coaduna com as tendências profissionais atuais, que exigem um profissional especialista em seu campo de atuação, mas com formação holística, que mescle conhecimentos mais amplos, de áreas paralelas e complementares, a fim de intensificar habilidades criativas provenientes de percepções inerentes às suas atividades (Antonioli, 2006). É nessa área multifacetada que o jornalista atua, por meio da especificidade de sua profissão, que o difere de outros profissionais.

Não obstante as críticas recebidas, as Diretrizes de Jornalismo, além de contarem com a justificativa presente no documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Unesco, divulgado dois anos antes, tiveram o total apoio do Fórum de Professores de Jornalismo (FNPJ), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), *entidades de forte representatividade no país*.

A proposta da Unesco para o ensino de jornalismo

Anteriormente à elaboração do documento da comissão brasileira que instituiu as Diretrizes Curriculares para o curso de jornalismo, a Unesco tratou do assunto em uma reunião realizada com especialistas no ano de 2005, em Paris, com o objetivo de identificar disciplinas que deveriam compor os cursos de jornalismo nos países em desenvolvimento e democracias emergentes. De acordo com o exarado no documento da Unesco, a reunião foi realizada para atender pedidos de estados-membros interessados na elaboração de um novo modelo curricular. A organização promoveu também outros trabalhos com equipes de especialistas e, ao final, o modelo curricular elaborado foi apresentado no primeiro Congresso Mundial de Educadores em Jornalismo, em junho de 2007, em Cingapura.

No documento que apresenta o modelo curricular de Jornalismo proposto pela Unesco, há menção a respeito do célere crescimento do número de meios de comunicação nos últimos anos nos países em desenvolvimento e em democracias emergentes, como também o reconheci-

mento do papel crucial do jornalismo na promoção da democracia e a consequente necessidade de formação de jornalistas por meio de cursos com qualidade. No documento, também consta a afirmação de que a organização, como responsável pela promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação e ao conhecimento, adotou diversas iniciativas com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino do jornalismo em todo o mundo.

A respeito do modelo curricular proposto pela Unesco para cursos de Jornalismo apresentado em Cingapura, o diretor-geral adjunto de Comunicação e Informação da organização, Abdul Waheed Khan (2010: 5), se manifestou:

“Nosso desejo é que o currículo seja fonte de inspiração e ajuda para instituições de ensino de jornalismo e professores. Sabemos que o jornalismo, juntamente com programas educacionais que permitem aos indivíduos praticar e melhorar habilidades jornalísticas, são ferramentas fundamentais na sustentação de princípios essenciais para o desenvolvimento de cada país”.

O trabalho elaborado pela Unesco apresenta modelos de organização curricular para bacharelado, mestrado e um programa de estudos que pode ser considerado como uma preparação básica para a profissão de jornalista ou como uma ponte entre o ensino médio e o curso universitário de jornalismo. Já o relatório apresentado pela comissão brasileira (Brasil, 2009: 13) se referiu ao documento da Unesco e considerou que a organização revisou o seu equívoco histórico e reconheceu a “importância do jornalismo para o desenvolvimento das nações e a consolidação das democracias, ao recomendar curso com foco específico e não mais atrelado a outras áreas da comunicação”.

Assim, as orientações da Unesco para os países da América Latina, ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, sobre a criação de um curso de Comunicação Social com habilitação em jornalismo, foram reconsideradas no século XXI, e o novo direcionamento sinaliza para uma formação específica ao discente, que deve, ao longo do curso, adquirir as competências necessárias para atuar em uma profissão que tem uma missão social imprescindível para o desenvolvimento da sociedade e para a conquista de cidadania pelos indivíduos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de jornalismo brasileiros

De acordo com o Ministério da Educação, as escolas de jornalismo no Brasil terão até dois anos, a partir de 2013, para implantar as Diretrizes de Jornalismo atuais aos alunos ingressantes, sendo facultativa a implantação para os demais alunos. Portanto, os coordenadores dos cursos entraram em movimento para o atendimento da legislação, e uma nova fase tem início em 2014 no ensino de jornalismo no Brasil: o bacharelado em Jornalismo.

Para a constituição das Diretrizes Curriculares, a Comissão (2009: 4) liderada pelo professor José Marques de Melo considerou a importância dos avanços tecnológicos que propiciam a instantaneidade da informação, a participação de novos atores no cenário social e a necessidade de uma nova compreensão do jornalismo que precisa assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa no espaço público. Nessa perspectiva, deve ser considerado que a sustentação desse processo se dá por meio das tecnologias de difusão, que dão aos indivíduos a oportunidade de se manifestar e alterar o sistema comunicacional clássico, que concentra a informação no emissor. Como tão bem acena a comissão (Brasil, 2009: 5): “Temos, aí, o entendimento do jornalismo como processo inteiramente controlado pelo jornalista, em torno do qual tudo girava”. Há necessidade de se refletir sobre o ensino atualmente, pois o jornalista, além de ser o profissional da informação, deve ter posição preponderante neste novo cenário democrático amparado não só pelo desenvolvimento tecnológico das mídias tradicionais como também pelas mídias sociais, que são instrumentos que dão voz aos cidadãos. É preciso reconhecer, também, o papel desses cidadãos que também podem ser fontes nesse processo e devem ser vistos como colaboradores. Entretanto, cabe ao jornalista o papel principal, pois é ele que deverá realmente apurar e selecionar as informações. É o chamado trabalho de “curadoria” das informações.

O perfil de egresso que as escolas devem observar é um profissional com caráter generalista, humanista, crítico e reflexivo, que o capacite a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, conhecer os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade

profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.

As Diretrizes Curriculares de Jornalismo orientam também as competências que devem ser adquiridas ao longo do curso, definidas em: gerais, cognitivas, pragmáticas e comportamentais. Tendo em vista o perfil e as competências definidas no documento, há também o encaminhamento dos conteúdos que devem ser contemplados nos projetos pedagógicos dos cursos e que atendem a seis eixos: eixo de fundamentação humanística, cujos conteúdos devem privilegiar a formação intelectual; eixo de fundamentação específica, que deve oferecer clareza conceitual e visão crítica sobre a profissão; eixo de fundamentação contextual, que fornece embasamento ao conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura; eixo de constituição profissional, que dá fundamento ao conhecimento teórico e prático; eixo de aplicação processual, que oferece ferramentas técnicas e metodológicas para as diferentes coberturas e, finalmente, o eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo o desenvolvimento de habilidades inerentes à profissão, a partir da aplicação de informações e valores. Além de integrar os demais eixos, é na prática laboratorial que o estudante terá a oportunidade de desenvolver os diversos produtos jornalísticos com periodicidade regular. Foram relacionados: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

Foi dado destaque ao ambiente regido pela convergência tecnológica como perspectiva profissional. Com relação ao jornalismo impresso, muito embora sua importância tenha sido objeto de referência, a comissão alertou para que ele não dite as referências da profissão. Esta questão vem ao encontro da difícil situação em que se encontram os jornais impressos numa perspectiva mundial. No Brasil, por exemplo, dois jornais de grande circulação no Estado de São Paulo e uma grande editora de revistas demitiram uma parcela de jornalistas em 2013, e os profissionais se encontram em um cenário de instabilidade no setor. Portanto, há que se pensar em novas formas de fazer jornalismo e aproveitar as possibilidades advindas do avanço tecnológico que podem oferecer condições para esse intento. Nesse sentido, as escolas, por intermédio de seus laboratórios, contam com um ambiente favorável para que realmente seja possível experimentar novas linguagens com o auxílio proporcionado pela convergência tecnológica e nos ambientes digitais. São de To-

nus e Gadini (2012) as palavras: convergência, aliás, é o que tem provocado a reinvenção do Jornalismo e, conseqüentemente, do ensino e do posicionamento profissional na sociedade em termos políticos e socioeconômicos. Como bem diz Castells (2009), o novo sistema é caracterizado pela integração de diferentes veículos de comunicação e seu potencial interativo. E também quando afirma (2009) que a Internet é a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores: é a rede que liga a maior parte das redes.

Dentre as novas orientações para as escolas, a Comissão instituiu, ainda, a obrigatoriedade do estágio ao final do curso, ao afirmar que atende uma antiga reivindicação dos estudantes. É a participação do aluno no mercado de trabalho com a supervisão docente.

Ensino de jornalismo no século XXI

Diante das novas referências oficiais para os cursos de jornalismo no Brasil, há que se pensar, então, na formação do jornalista do século XXI, muito diferentemente da proposta das primeiras escolas de jornalismo criadas na década de 1940, que tinham o objetivo de preparar profissionais prioritariamente para o exercício do jornalismo impresso. Atualmente, além das diversas linguagens que o jornalista deve compreender, ele deve também ter conhecimentos sobre a utilização das mídias tradicionais e sociais, que são instrumentos importantes no cenário atual e diversas vezes atuam em convergência. É também importante mencionar que, junto ao desenvolvimento de competências voltadas à prática jornalística, estão aquelas que oferecem embasamento teórico para que o jornalista possa, durante sua produção, contextualizar, refletir e ter uma conduta ética e de acordo com os ordenamentos jurídicos. Em síntese, é na forma e nas condições de produção que se situam as diferenças entre o jornalismo de ontem e o de hoje, pois os valores continuam os mesmos, ou seja, o jornalismo está a serviço da sociedade. Aliás, é possível afirmar que ele vai além disso, ele é a própria voz da sociedade. A Unesco (2010) aponta para um ofício social. O objetivo primordial da maioria dos jornalistas é servir à sociedade, informando ao público, fiscalizando o exercício do poder, estimulando o debate democrático e, dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento político, social, cultural e econômico. E aqui deve ser feita uma observação circunstancial sobre o trabalho desses profissionais nos países latino-americanos, profissionais que

têm contribuído relevantemente para o desenvolvimento social, por meio de uma ação incansável de investigação jornalística que traz à tona inúmeras ocorrências que os cidadãos precisam tomar conhecimento e outras que eles mesmos reivindicam. Assim, o aluno deve adquirir também os conhecimentos de cunho humanístico, que lhe darão subsídios para, durante sua ação jornalística, refletir sobre os fatos presentes no mundo contemporâneo, interpretá-los corretamente e, nesse processo, ter uma conduta ética ilibada para que os cidadãos tenham condições de receber uma notícia confiável.

Com a participação ativa da sociedade hoje em dia, não somente no processo de recepção, mas também no processo de emissão, por meio de recursos principalmente provenientes das novas mídias, o profissional tem, agora, a oportunidade de demonstrar a importância de sua formação em nível superior. Na fase inicial desse processo de circulação de informações principalmente pelas redes sociais, diversos profissionais manifestaram a descrença na sobrevivência do trabalho jornalístico. Hoje, ao contrário, as indicações apontam para a importância do trabalho do jornalista que, ao tratar a informação com método e técnica, apresenta uma produção que contribui sobremaneira com a sociedade e que se diferencia das demais informações que circulam diariamente pelas redes. O crescente número de pessoas que assume a posição de fonte ao denunciar, organizar movimentos e ter uma participação ativa no meio social, ou, ainda, que está na condição de público ativo, ou seja, aquele que procura manter uma interação com o jornalista, faz grande diferença no modelo atual. Nos dois casos, trata-se de um segmento crescente, que procura se expressar de diversas formas e que mantém uma ação dialógica e constante com o emissor. Atualmente, o jornalista mantém uma visibilidade junto ao receptor que era desnecessária em épocas anteriores, quando não havia uma relação horizontalizada e um diálogo constante entre ambos.

Neste novo contexto, há, então, novos desafios para o ensino de jornalismo e que demandam, por parte das escolas, reflexões, abordagens e conteúdos específicos acerca da profissão do jornalista que, reiterando o que já foi dito neste trabalho, alterou sua forma de produzir, embora mantenha os mesmos valores. São conteúdos referentes às especificidades técnicas e tecnológicas, de linguagens e comportamentais e conteúdos humanísticos que devem sistematicamente ser oferecidos aos alunos e alguns atualizados constantemente, principalmente aqueles que

dizem respeito ao âmbito tecnológico, para que não haja um distanciamento entre a escola e o mercado de trabalho.

Ao longo do desenvolvimento do curso de jornalismo no Brasil, os conteúdos inerentes à prática jornalística e que carecem de laboratórios para o exercício, têm sido motivo de volumosas críticas de professores e alunos, quer seja pelo pequeno número de equipamentos disponíveis nos laboratórios frente à demanda, quer seja pela desatualização dos mesmos. É uma problemática constante e que, embora nos últimos anos tenha sido parcialmente resolvida com o barateamento de equipamentos e com melhores condições de aquisição, requer uma atualização constante, por conta do célere crescimento tecnológico. Portanto, a escola deve ter recursos financeiros suficientes para aquisição, manutenção e atualização do conjunto de equipamentos de informática, de som, de vídeo e fotográficos, pois o aluno deve utilizá-los com frequência durante os quatro anos previstos de aprendizado e desde a fase inicial, como preconiza a resolução que instituiu as Diretrizes de Jornalismo (Brasil, 2013: 26), “inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional”, ou ainda, “Distribuição das atividades laboratoriais a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem”. Castellón e Jaramillo (2009) abordam o assunto, afirmando que os processos de digitalização modificaram as dinâmicas laboratoriais e, para isso, a academia deve levar em consideração esta nova realidade para que possa formar profissionais conforme as exigências de mercado.

É uma questão que diz respeito também à teoria e à prática e que deve fazer parte de um processo indissociável. Os conteúdos teóricos e práticos serão considerados eficientes e trarão resultados satisfatórios se forem cuidadosamente oferecidos em sintonia e de forma taxionômica durante o curso, pois é preciso que o aluno conheça, aprenda, reflita, pratique e volte a refletir sobre seu fazer jornalístico. Assim, essa questão necessita ser cuidadosamente pensada durante a construção curricular, pois ela é que vai determinar o nível de qualidade de ensino oferecido.

Mesmo considerando os avanços ocorridos no decorrer dos anos no ensino de jornalismo no Brasil, é preciso progredir ainda mais. As Diretrizes Curriculares de Comunicação Social do ano de 2001 foram importantes, pois deram liberdade às escolas para construir os currículos de seus cursos com liberdade e, atualmente, as Diretrizes de Jornalismo, aprova-

das no ano de 2013, se constituem em mais um largo passo em direção à formação qualificada do jornalista. Entretanto, é preciso que elas não se legitimem apenas na forma de lei, mas, sim, efetivamente, nos mais de 300 cursos espalhados no país, que devem observar cuidadosamente as indicações contidas no documento, que apontam para um profissional que seja suficientemente preparado para atuar em pleno século XXI, não somente como produtor de informação, mas como um agente de mudança da sociedade.

Referências

- Antonioli, Maria Elisabete (2006). *Ensino de Jornalismo e Legislação Educacional*. São Paulo, L' Editora Publicações.
- Brasil (2001). *Diretrizes Curriculares para o curso de Comunicação Social*. Disponível em: ww.mec.gov.br (consulta: 2001, dezembro 20).
- Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação* www.mec.gov.br (consulta: 2009, setembro 20).
- Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 39/2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo*. Disponível em: www.mec.gov.br (consulta: 2013, outubro 10).
- Ministério da Educação. *Resolução Nº 1, De 27 De Setembro De 2013. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências*. Disponível em: www.mec.gov.br. (consulta: 2013, outubro 20).
- Castell, Manuel (2009). *A Sociedade em Rede*. V. I. 6. ed. São Paulo, Paz e Terra.
- Castellón, Lucía; Jaramillo, Oscar (2009). *Competências Digitais para Periodistas*. *Revista latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*. Ano VI n. 10, 38-51.
- Ciespal (1965). *Enseñanza de Periodismo y Medios de Información Colectiva*. Quito, Ciespal.
- Khan, Abdul Waheed (2010), "Prefacio". En *Modelo Curricular da Unesco para o ensino de jornalismo*, (pp. 4-5), Brasília, Unesco.
- Tonus, Mirna; Gadini, Sérgio Luiz (2012), "Ensino de Jornalismo". En *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*. (pp.201-206), V. 2. Brasília, Ipea.
- Unesco (2010). *Modelo Curricular da Unesco para o ensino de jornalismo*. Brasília, Unesco.